

Izabel Sadalla Grispino *

O técnico sempre foi visto pela sociedade como uma função menor, menos conceituada e, por isso, desprezada pelas classes sociais mais altas. A freqüência ao ensino técnico parecia aos jovens um jogo de cartas marcadas, no qual eles aprendiam, desde cedo, a cultivar um certo ceticismo acerca das perspectivas que esse ensino lhes oferecia. Viam nele um futuro menos promissor.

A extinta Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei de nº 5.692/71, promoveu um ressurgimento dos cursos técnicos, que, na realidade, não produziram o efeito esperado. Houve um desvirtuamento da função: as escolas técnicas federais, de equipamento priorizado e de professores com melhores salários que os da rede pública, passaram a ministrar um ensino de qualidade bem superior às das demais escolas públicas e, por isso, serviram de trampolim para a universidade. Na realidade, elas não estavam formando técnicos; a maioria dos alunos as procurava buscando a formação acadêmica de alto nível. Após receberem o diploma de técnico, iam disputar as vagas nas melhores universidades públicas e sempre com sucesso. Um estudo mostrou que entre as 10 escolas secundárias de São Paulo, que melhor preparavam seus alunos para o vestibular, estava a Escola Técnica Federal Paulista.

A procura pela parte acadêmica das escolas técnicas as distanciou do mercado de trabalho. O acesso a elas passou a ser através de “vestibulinhos”, nos quais saíam vencedores os alunos provenientes das boas escolas particulares. E, “o dinheiro público investido no que deveria ser um programa de formação de técnicos, dos quais o País desesperadamente necessitava, acabou ajudando a preparar novos profissionais liberais em áreas já saturadas (...). As escolas técnicas federais tornaram-se excelentes escolas acadêmicas, foram capturadas pela classe média-alta e se eletizaram. Deixaram de cumprir sua função original, que era a de preparar mão-de-obra intermediária de bom nível e passaram a formar candidatos para o vestibular a um custo de US\$ 4,5 mil por aluno”, diz Cláudio de Moura Castro, considerado o mentor do projeto do MEC para a reforma do ensino médio.

O propósito, ao separar no ensino médio a parte acadêmica da parte técnica, foi a de levar esse ensino a redescobrir sua missão e oferecer técnicos de primeira linha, como são, em geral, os do Senai e Senac.

Mesmo com o aumento da criação dos cursos técnicos, continuava a corrida para os cursos superiores, sem um controle, sem um balanceamento das necessidades sociais. O Brasil, aliás, é conhecido pela longa tradição na valorização excessiva do diploma de nível superior, da busca do “status”, do título em si, hoje, com alguns dados agravantes, como a crise vigente do desemprego, em áreas que se tornaram quase impraticáveis. Eça de Queiroz via o Brasil como um País de doutores e Rui Barbosa assinalava-nos como um País de bacharéis.

Na contemporaneidade, essa concepção começa a mudar. Há um início de reviravolta; mudam-se os rumos da atuação profissional. As profissões técnicas começam a descortinar-se alentadoras, com colocações vantajosas de trabalho, especialmente se o profissional tiver habilidades para diferentes ocupações.

O PROFISSIONAL GLOBALIZADO – Vivemos uma época de reformulação completa dos vínculos empregatícios. No impacto da globalização, o que vem ocorrendo é a diminuição do trabalho sob a forma de emprego permanente numa única empresa e num mesmo local. Antigamente, era mais fácil associar uma pessoa a uma profissão, a um emprego, a uma empresa. Parece que a época da supervalorização do diploma está cedendo lugar para a época do profissional globalizado, em que a especialização não prejudique a amplitude do conhecimento. Um profissional multifuncional, que sabe fazer variadas tarefas. O mercado de trabalho está muito interligado.

Nossa era é a da informação e está exigindo o que se convencionava chamar de conhecimentos transportáveis de uma ocupação para outra. A rotatividade das funções está pedindo um profissional polivalente, em permanente flexibilização e adaptação. Muitas empresas não estão dando mais a ênfase que davam no passado à especialização indicada pelo diploma. O que mais interessa são as competências e as habilidades para variadas tarefas. A demanda é por profissionais com conhecimentos transportáveis entre ocupações.

O conhecimento, a versatilidade, a criatividade, são as ferramentas básicas do momento atual. A indústria anda precisando mais de engenho e de empenho na inovação do que propriamente de dinheiro. O publicitário norte-americano George Lois diz: “Hoje, uma idéia que esteja cinco anos à frente de seu tempo já não é mais uma boa idéia”.

Um estudo desenvolvido na Inglaterra demonstrou que entre os futuros executivos as prioridades não incluem mais apenas trabalho e dinheiro. Eles possuem expectativas bem diferentes das gerações anteriores. Os valores mudaram: conhecimento e habilidades pessoais

são vistos como prioritários. O desenvolvimento pessoal levando a habilidades pessoais é o principal valor apontado pelos melhores alunos, seja em Oxford, seja na Universidade de Tóquio ou na London School of Economics. O universo pesquisado incluiu as três principais universidades na área da administração nos Estados Unidos, na Grã-Bretanha, no Canadá, na Holanda, na Alemanha, na França, na Coreia do Sul, no Japão, na África do Sul e na Austrália. O crescimento pessoal alcançou a pontuação máxima nas ambições dos jovens para os próximos 10 anos.

No meu livro “Prática Pedagógica” (Estruturando Pedagogicamente a Escola), no tópico “O ensino técnico e suas oportunidades educacionais”, na página 114, eu digo: “Andrew Grove, o “Homem do Ano”, da Time (98), recomenda: “Fique atento às mudanças. Não resista a elas. Procure entendê-las. Encare-as, não como problemas, mas como soluções. O mercado vive a supremacia da informação. Já se apregoa que a boa formação do futuro tem que estar apoiada em dois vetores: o da formação do consumidor da cultura e o do produtor de cultura. O analfabeto funcional não é só aquele que simplesmente aprendeu a ler e a escrever, mas aquele que não cultivou o exercício continuado da leitura e da escrita na sua forma evoluída de pensar, de criar, de raciocinar, de criticar”.

*** Supervisora de ensino aposentada. □□ □□□ □**
(Publicado em agosto/2005)